

**A DOCE E PERVERSA MORALIDADE DE GÊNERO:
um tema clássico no Brasil contemporâneo**

***THE SWEET AND THE PERVERSE MORALITY OF GENDER:
a classic theme in contemporary Brazil***

SOUZA, Marcio Ferreira (org.). **Desigualdades de gênero no Brasil**: novas ideias e práticas antigas. Belo

Horizonte: Fino Traço, 2010. 305p.

Silvana de Souza Nascimento
Universidade Federal da Paraíba

Esta publicação reúne uma coletânea de artigos, organizados pelo sociólogo Márcio Ferreira Souza, que apresenta diferentes perspectivas sobre uma problemática de longa duração no Brasil: as desigualdades de gênero. Como diria Elis Regina, ela evidencia que “ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais”.

O livro foi construído a partir de quatro eixos temáticos: gênero, participação política e cidadania; gênero e violência; gênero, trabalho, ocupações e subjetividades; gênero e gerações na vida contemporânea. Esses eixos retomam temas clássicos que norteiam, há décadas, os debates acadêmicos e políticos sobre os fatores e os significados das desigualdades de gênero no âmbito da política, do trabalho, da família, das gerações, das relações de classe e étnico-raciais, etc.

Ainda que muitas pesquisas já tenham sido realizadas em torno desta temática, a coletânea mostra a permanência de valores, práticas e moralidades tradicionais nas relações entre homens e mulheres, nas esferas pública e privada. Ela apresenta visões gerais sobre o Brasil e estudos localizados em Goiás, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco. Em pleno século 21, reproduz-se a antiga divisão sexual do trabalho – tão combatida pelos movimentos feministas –, com atribuição de valor inferior às mulheres em diferentes instâncias, além de uma perspectiva androcêntrica no discurso de homens e de mulheres, mesmo em contextos onde, à primeira vista, há uma mudança no cenário tradicional.

Com exceção de alguns artigos, os textos se baseiam em pesquisas qualitativas e quantitativas, com ênfase em depoimentos, entrevistas e dados estatísticos, que parecem enfrentar o tema de maneira ‘factual’, que possam comprovar objetivamente a persistência

das desigualdades de gênero no Brasil contemporâneo. Na contracorrente, especialmente os artigos da última parte apresentam perspectivas diferenciadas e partem de métodos sociológicos, antropológicos e históricos que problematizam os desafios daquilo que a entrevista e as tabelas não podem mostrar: processos de subjetivação que enfrentam às normatividades da dominação masculina e possibilitam apresentar fissuras e fragilidades desse modelo.

O primeiro eixo – gênero, participação política e cidadania – é composto de três artigos que apresentam análises nacionais. O primeiro, “Ideias modernas e comportamentos tradicionais: a persistência das desigualdades de gênero no Brasil”, de Solange Simões e Marlise Matos, aponta para o seguinte paradoxo: ao mesmo tempo em que, nas últimas décadas, as mulheres alcançaram ganhos significativos no mercado de trabalho, na esfera pública, na educação, nos direitos reprodutivos, etc., estas conquistas ainda não reduziram efetivamente as desigualdades de gênero. Apesar de estarem inseridas no mercado de trabalho, ocupam posições menos valorizadas, sem contar a exploração das trabalhadoras domésticas. As autoras se perguntam: “até que ponto as mulheres de nível superior estão apoiadas nos trabalhos de empregadas domésticas e de babás para serem finalmente bem-sucedidas em suas carreiras?” (Simões; Matos, 2010, p. 23). E mesmo apoiadas em outras mulheres para poderem trabalhar, ou ainda, mesmo ‘explorando’ outras mulheres, elas ainda são as responsáveis pelos trabalhos domésticos. Para as autoras, a reprodução dos papéis femininos na esfera doméstica impede e, ao mesmo tempo, mobiliza as mulheres para a ação pública.

O segundo artigo, “Cidadania sexuada feminina: a inclusão das mulheres na política de assistência social”, de Silvana Aparecida Mariano, discute os fatores que contribuem para o enfraquecimento da cidadania feminina. Mariano mostra que algumas políticas de assistência social no Brasil, como o Programa Bolsa Família, ao focarem a ação na família – e não no indivíduo – impedem a constituição de uma cidadania plena, pois associam a imagem das mulheres à família e à maternidade. Nesse sentido, os direitos civis, políticos e sociais terminam por reforçar a subordinação feminina e reificam identidades de gênero, naturalizando os papéis sociais de mulheres para o cuidado com as crianças, com a casa, com a educação, com a comunidade, etc. Além disso, o enfoque na família impede a construção de uma autonomia feminina, sem contar na força ideológica que a herança católica traz para a formação das políticas de assistência social no país.

O terceiro artigo, por sua vez, de Paulo Magalhães Araújo, intitulado “Perfil político e participação política da mulher no Brasil: uma análise de dados empíricos”, baseia-se na pesquisa da Fundação Perseu Abramo, realizada em 2001, sobre a mulher brasileira nos espaços público e privado, e destaca o pouco envolvimento das mulheres, de modo geral, na esfera da política. A partir das informações dessa pesquisa quantitativa, o autor mostra que, apesar do “grande potencial político da mulher”, elas mantêm um discurso conservador e preferem o debate ao invés de uma filiação partidária ou a entrada em associações políticas.

Talvez isto se deva à construção de uma “dominação masculina” (Bourdieu, 1998) nos espaços formais do mundo político que, historicamente, excluiu as mulheres e, atualmente, possui a tendência de inseri-las sempre de forma marginal ou subterrânea.

O segundo eixo da coletânea – gênero e violência – traz dois artigos, um de Hilda Alejandra Gavilanes e Neuma Aguiar, “Patriarcado e gênero na análise sociológica do fenômeno da violência conjugal/gênero”, e outro de Eliane Schmaltz Ferreira, “Entre fios e tramas – a ampliação da violência denunciada”. O primeiro apresenta articulações teóricas possíveis entre gênero e patriarcado e demonstra como essas articulações são importantes ferramentas para a análise da violência conjugal. A partir de um resgate de teorias que trabalham com o patriarcado, as autoras retomam a importância do tema do poder para se pensar na equidade ou na desigualdade de gênero. Desse modo, a violência conjugal emerge quando há uma tensão entre o poder masculino e a resistência feminina. Já o segundo artigo trata da problemática da violência contra a mulher em suas diferentes formas de constrangimento nas relações interpessoais. Mostra que o espaço doméstico pode se tornar um lugar de conflito e não um espaço seguro e protegido para as mulheres. Ou seja, a casa revela-se como um lugar de risco, de dominação e resistência na vida cotidiana, onde múltiplas formas de violência mostram-se presentes e disseminadas. A autora coloca que as agressões físicas e sexuais são as mais frequentes e explica que “a diferença entre homens e mulheres se observa no fato de que muito mais homens do que mulheres agridem fisicamente e de que a violência racional e instrumental cobra muito mais vidas masculinas do que femininas” (Ferreira, E., 2010, p. 119).

O terceiro eixo do livro tem como foco o tema do trabalho e oferece pesquisas aplicadas a casos concretos e localidades específicas que parecem, de um lado, comprovar a reprodução das desigualdades de gênero e, de outro, apresentam alternativas e estratégias que as mulheres têm colocado em prática para se destacarem e para serem valorizadas em determinadas ocupações. O artigo “Gênero, Trabalho e Subjetividade: relações de poder para além de fronteiras ocupacionais e territoriais”, de Maria Lúcia Vannuchi, expõe uma investigação sociológica sobre operárias do setor de calçados, no estado de São Paulo, e do setor farmacêutico, em Goiás. Revela que, para ascenderem a postos mais elevados, elas precisam aprender o “jeito masculino de dominar” e precisam reproduzir uma perspectiva androcêntrica, já que, historicamente, o espaço extra-doméstico é considerado como masculino.

Foi possível constatar em ambos os setores, calçadista francano e farmacêutico de Anápolis, a concentração de mulheres em funções de mais baixa remuneração, que gozam de menor prestígio, bem como o fato de não perceberem ou, no limite, legitimarem a desigual divisão sexual do trabalho (Vannuchi, 2010, p. 129).

A autora tematiza, em duas ocupações diferentes, a “sexagem” no trabalho, e destaca que é necessário pensar, nesse campo, em classe e gênero como duas faces da mesma moeda,

que retroalimentam o sistema de acumulação capitalista. Além disso, o par formado por classe e gênero expressa, no campo das relações de trabalho, processos de subjetivação que reproduzem o sistema de dominação masculina e ofuscam corpos docilizados e iludidos pelo ideal da produtividade e pelo fantasma do desemprego.

O artigo “As Desigualdades de rendimento por gênero na RMBH e no município de Montes Claros”, de Maria da Luz Alves Ferreira, faz um estudo sobre a feminização do setor informal na Região Metropolitana de Belo Horizonte e em Montes Claros, e identifica que, apesar do aumento da escolaridade feminina, as mulheres apresentam um rendimento inferior em relação aos homens.

As diferenças de gênero atestam que as próprias mulheres sentem dificuldades em assumir a importância do seu papel profissional, como uma contribuição importante no sustento da família, e não meramente como uma atividade coadjuvante nessa manutenção. A representação do gênero que reconhece o marido como provedor persiste no espaço do trabalho informal (Ferreira, M., 2010, p. 156).

A partir do perfil socioeconômico dos trabalhadores informais da região pesquisada, mostra-se que o sexo tem um efeito direto na renda.

Por sua vez, o texto de Silvana Maria Bitencourt, “As relações de gênero na engenharia: diálogos num campo de poder/saber masculino” –, traz uma interessante abordagem que associa as aprendizagens nos cursos de engenharia às influências militares e positivistas. Indica que valores como disciplina, competitividade, racionalidade, abstração, agressividade passaram a fazer parte da formação dos engenheiros e moldam, continuamente, a identidade desses profissionais. Assim, a fraca presença feminina neste setor revela uma falta de estímulo às jovens estudantes, por parte dos professores, desde o período escolar, para o raciocínio matemático. Contudo, há exceções que tem possibilitado romper esse cenário e abrem brechas para destaques de atuações femininas nas áreas da ciência e tecnologia. Assim como na pesquisa sobre operárias no setor calçadista e farmacêutico, mencionada anteriormente,

quem tem interesse em interagir nesse campo, em participar dele, precisará incorporar, de modo intenso ou não, estes códigos. Consequentemente, quanto maior a posse desses códigos, maior serão as possibilidades de interagir neste campo, e conseguir um lugar de destaque nele (Bitencourt, 2010, p. 190).

As mulheres que conseguiram adentrar nesse árido deserto, segundo as investigações da autora, falam que a aproximação com a matemática se deve à influência de seus professores no Ensino Fundamental e Médio, que permitiram a elas quebrar o tabu de que ‘matemática não é coisa de mulher’. Também valorizam o apoio da figura paterna e

uma afinidade com ocupações realizadas por seus pais. Poderíamos arriscar que houve uma continuidade do ‘complexo de Electra’ e não propriamente uma ruptura que levaria, ‘naturalmente’ à construção de um modelo de antagonismo sexual (Strathern, 1990). Todavia, Bitencourt identifica diferentes formas de sofrimento nas estudantes de engenharia que, ao invés de resistirem a qualquer preço à dominação masculina, mostram-se depressivas e tentam se esforçar exageradamente, mais que seus colegas homens, para serem valorizadas ainda no processo de formação como futuras engenheiras. Assim, a depressão, o estresse, a angústia aparecem como uma espécie de resistência resignada, velada, que se manifesta nas fissuras de um universo competitivo e agressivo.

O quarto e último eixo, que trata de gênero e gerações, a meu ver, é aquele que procura apresentar perspectivas mais inovadoras em relação às análises a respeito das desigualdades de gênero. O artigo da antropóloga Mónica Franch, “Três histórias – Tempo, juventude e gênero em contextos de exclusão social”, discute o tema da vivência temporal de mulheres jovens na Grande Metropolitana de Recife. Ela observa que há uma reconfiguração do tempo biográfico dessas jovens, que não se adequa, necessariamente, à percepção moderna, onde caberia à infância a convivência em um núcleo familiar, à juventude a preparação para o ingresso no mercado de trabalho, à fase adulta o trabalho e a formação da família e à velhice a aposentadoria e o fim da vida pública. Por meio de três histórias de vida, e de narrativas biográficas, Franch revela que outros significados podem estar presentes na construção da vivência temporal de jovens mulheres de grupos populares, como a gravidez e a maternidade, a primeira relação sexual, o casamento, a conjugalidade e o abandono da escola. Segundo a autora, esses elementos não se mostram como fenômenos contínuos e lineares nas trajetórias analisadas, mas revelam descompassos em relação às experiências vivenciadas e os modelos idealmente almejados por elas, que se aproximam do tipo de ‘família conjugal moderna’. Ela demonstra que a passagem para a vida adulta não se dá por um processo de conquista de uma certa autonomia, mas por acontecimentos que escapam ao seu controle, como uma gravidez inesperada e a maternidade. Esta última “atua como um marcador de passagem à maturidade social para as mulheres” (Franch, 2010, p. 233) e acarreta a supervalorização do espaço doméstico. Nesse sentido, as garotas pesquisadas tornam-se mulheres de forma fragmentada, heterônoma, que pode levar ou não a maiores responsabilidades na vida adulta.

Por sua vez, o artigo de Márcio Ferreira de Souza, também organizador da coletânea, “Transição de valores e a perspectiva sobre o ‘novo homem’”, baseado em capítulos de seu doutorado em Sociologia, realizado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), discute as metamorfoses das representações da masculinidade na vida contemporânea e a construção da imagem de um ‘novo homem’, que se faz de forma desvinculada da feminilidade: um homem frágil, que chora, que assume outros papéis sociais e não pode arcar com o peso das responsabilidades de ser o provedor e chefe de família. A partir de depoimentos colhidos em grupos focais (com homens, com mulheres e mistos), em

que não se menciona a localidade em que se deu a aplicação, o autor mostra que há uma permanência de um discurso de que homens devem ser os provedores, mesmo por parte daqueles que realizam atividades domésticas e não necessariamente assumem a posição de chefes de família. Contudo, há indicações de que mudanças estão sendo realizadas pela participação masculina nos cuidados com os filhos, abrindo a possibilidade da construção de novos sentidos do masculino. Ao mesmo tempo, os valores tradicionais se reproduzem especialmente nas tarefas domésticas, que recaem ainda sobre as mulheres de forma incisiva.

Já o artigo “Envelhecimento, masculinidade e a imprensa esportiva”, de Leonardo Turchi Pacheco, apresenta um contraponto em relação aos demais textos, pois descreve e discute a derrota brasileira na Copa do Mundo de 1974 e a associação que se fez, por parte da imprensa, entre o fracasso da seleção e a sua suposta falta de masculinidade. O autor apresenta dois discursos, um que dá destaque ao fantasma do envelhecimento e outro à imagem de uma certa ‘desvirilização’ de alguns jogadores. Ambos os discursos jornalísticos, carregados de ambiguidades, põem em evidência uma crise da masculinidade que, muitas vezes, interfere na trajetória profissional de atletas e ex-atletas que precisam responder às críticas e aos apelos da mídia. Contraditoriamente, no espaço que deveria prioritariamente dar valor à masculinidade, criam-se narrativas que colocam em cheque a ‘natureza’ bravia dos jogadores e os tornam suscetíveis ao próprio modelo que desejam construir e reproduzir.

Por último, a publicação termina com um texto a respeito de novas configurações familiares, de autoria de Rosa Maria da Exaltação Coutrim, “Entre gênero e gerações: a fala de crianças educadas por avós e avôs”. Em uma pesquisa qualitativa realizada com crianças e familiares na cidade de Mariana, no interior de Minas Gerais, Coutrim problematiza a ideia de família moderna e a unidade da organização familiar. Ela mostra que a convivência com avós, mesmo com a presença dos pais nos domicílios, possibilita às crianças novos modelos familiares que não estão calcados em responsabilidades objetivas, mas no que a autora chama de “legados de solidariedade”, por meio do qual são transmitidos valores como amor, amizade e sentido de justiça. Ainda que os papéis masculinos e femininos se reproduzam, pode-se observar a partilha do cuidado das crianças entre avós e mães, quando ambas moram na mesma residência, e a transmissão de conhecimentos domésticos para os meninos, especialmente por parte das avós.

Enfim, ao terminar a leitura, ficamos com uma sensação de incômodo e imobilismo frente às estruturas de longa duração das desigualdades de gênero em nosso país. Mesmo com a possibilidade da construção de novas masculinidades, que escapam do modelo hegemônico, estas não procuram se aproximar da feminilidade, ou seja, ainda a consideram como seu par de oposição. Além disso, torna-se necessária uma aproximação teórica e política da problemática de gênero às questões que envolvem sexualidade, para que se possa compreender que a dominação masculina também é reificada pela heteronormatividade compulsória. Ainda que mudanças tenham sido apontadas a partir de diversos estudos

e pontos de vista localizados no tempo e no espaço nesta publicação, é especialmente no espaço doméstico que se traduz o 'foco' da inequidade, onde um certo modelo de família moderna – nunca alcançado – cansa de se construir e se desconstruir nos discursos e nas práticas de homens e mulheres que ainda não tiveram a possibilidade de serem afetados, de maneira integral, pelas teorias e paradigmas feministas.

Referências

BITENCOURT, Silvana. As relações de gênero na engenharia: diálogos num campos de poder/saber masculino. In: SOUZA, Marcio Ferreira (org.) **Desigualdades de gênero no Brasil: novas ideias e práticas antigas**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **La domination masculine**. Paris: Seuil, 1998.

FRANCH, Mónica Três Histórias – Tempo, juventude e gênero em contextos de exclusão social. In: SOUZA, Marcio Ferreira (org.) **Desigualdades de gênero no Brasil: novas ideias e práticas antigas**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010.

FERREIRA, Eliane Schmaltz. Entre fios e tramas – a ampliação da violência denunciada. In: SOUZA, Marcio Ferreira (org.) **Desigualdades de gênero no Brasil: novas ideias e práticas antigas**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010.

FERREIRA, Maria da Luz. As desigualdades de rendimento por gênero na RMBH e no município de Montes Claros. In: SOUZA, Marcio Ferreira (org.) **Desigualdades de gênero no Brasil: novas ideias e práticas antigas**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010.

SIMÕES, Solange; MATOS, Marlise. Ideias modernas e comportamentos tradicionais: a persistência das desigualdades de gênero no Brasil. In: SOUZA, Marcio Ferreira (org.) **Desigualdades de gênero no Brasil: novas ideias e práticas antigas**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010.

STRATHERN, Marilyn. **The gender of the gift**. California: University of California Press, 1990.

VANNUCHI, Maria Lúcia. Gênero, trabalho e subjetividade: relações de poder para além das fronteiras ocupacionais e territoriais. In: SOUZA, Marcio Ferreira (org.) **Desigualdades de gênero no Brasil: novas ideias e práticas antigas**. Belo Horizonte Fino Traço, 2010.

Recebido em 01/09/2012

Aprovado em 15/09/2012